O PORTUGUÊS NÃO PADRÃO (PNP) SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DA CIDADE DE HUMAITÁ

Andreza Marcião dos Santos[1]
José Amarino Maciel de Brito[2]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar a questão do preconceito linguístico e qual a percepção que o professor de Língua Portuguesa de Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas do Município de Humaitá/AM possui em relação àqueles que não falam de acordo com o Português Padrão. Para isso, foram estudados dois grupos, sendo que o primeiro se refere àqueles que falam o Português Não Padrão (sujeitos rurais) e o segundo aqueles que têm acesso ao Português Padrão (professores). A pesquisa é de cunho qualitativo e foi realizada em duas etapas. Tem-se como referência os teóricos que discutem a questão sociolinguística como Marcos Bagno, bem como Ferdinand de Saussure, Calvet, e Labov. E diante da pesquisa e da discussão dos resultados, pode-se concluir que os professores das escolas públicas do município de Humaitá demopnstram ter noções sobre as diversidades linguísticas e o preconceito linguístico. No entanto, ainda faltam atitudes críticas por parte dos mesmos em relação a essas variedades e uma atitude firme quando se trata do preconceito. Dessa forma, compreende-se que os falantes do Português Não Padrão apresentam formas linguísticas peculiares de sua comunidade de fala e de que possuem muitas riquezas em se tratando de vocábulos e de que os usuários do Português Padrão começam a respeitar essas formas linguísticas diversas.

Palavras-chave: Português Padrão. Português Não-Padrão. Preconceito linguístico. Sociolinguística.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the linguistic prejudice and what perception the Portuguese Language teachers in the public High Schools in the city of Humaitá has concerning to those people who do not speak according to the grammar rules, or Pattern Portuguese. To do so**,** two groups have been studied: the first, referring to those who speak the Non-Pattern Portuguese, a group composed by rural settlers, and the second by those who speak the Pattern Portuguese (teachers). The research was of qualitative approach and was done in two phases. As for the theoretical base, we have discussed the sociolinguistic issues according Bagno, as well as Sausurre, Calvet and Labov. After the analysis, the study pointed out that the teachers of the public schools in the city of Humaitá have shown some knowledge about the linguistic diversities and linguistic prejudice. However, there is still a lack of critical attitudes from them in relation to the these variations and a firm stittude towards the observed prejudice among the students. Thus, we can say that the Non-Pattern Portuguese speakers hane shown unique linguistic forms and these forms have a particular richness in terms of vocabulary. Yet, the Pattern Portuguese speakers have started to respect those varied linguistic forms as well.

Keywords: Pattern Portuguese. Non-Pattern Portuguese. Linguistic prejudice. Sociolinguistics**.**

1 INTRODUÇÃO

Através da Sociolinguística, podemos verificar as questões sobre a heterogeneidade linguística, social e cultural de uma determinada comunidade linguística. Assim sendo, traz-se uma discussão acerca do preconceito linguístico em relação aos falantes do Português Não-Padrão, levando em consideração os fatores culturais e sociais desses sujeitos, considerando e analisando a questão do preconceito linguístico.

[1] Acadêmica do Curso de Letras da UFAM/IEAA. E-mail: andrezamarciao@hotmail.com
[2] Professor da Universidade Federal do Amazonas, Campus Vale do Rio Madeira . E-mail: ammacbr@msn.com

O interesse em estudar esta questão do Português Padrão e Não-Padrão[3], bem como o preconceito linguístico, surgiu a partir de um projeto vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e pela Universidade Federal do Amazonas. Durante a pesquisa, tive oportunidade de estar em contato com pessoas que não possuíam um nível escolar elevado, uma vez que não eram alfabetizadas e não falavam de acordo com a norma culta prescrita nas gramáticas. Esta situação contribuiu para conhecer de forma mais precisa os falantes do Português Não-Padrão, pois cada indivíduo possui uma forma única de se expressar.

O Português Não-Padrão (PNP) e o Português-Padrão (PP), se comparados, nos mostram que o preconceito existente entre eles não se referem às diferentes formas de uso da linguagem, mas sim ao preconceito social por parte daqueles que se acham superiores àqueles falantes do PNP. Tentou-se verificar neste trabalho se os professores estão aptos a trabalhar a questão do preconceito linguístico e qual a visão dos mesmos em relação aos sujeitos que falam o Português-Não-Padrão.

Assim sendo, adotou-se para a análise dos dados coletados o livro de Marcos Bagno (1999) "Preconceito linguístico o que é, como se faz", bem como outros autores que retratam essa problemática do preconceito.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Sujeitos e área de pesquisa

Esta pesquisa foi realizada no município de Humaitá/AM, junto a 05 (cinco) professores do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, das escolas Álvaro Maia e Governador Plínio Ramos Coelho. Foram ouvidos 03 (três) do Ensino Médio, 02 (dois) do Ensino Fundamental, sendo 02 (dois) homens e 03 (três) mulheres, ambos com a média de 02 (dois) a 08 (oito) anos lecionando a disciplina de Língua Portuguesa.

As narrativas analisadas pelos professores foram coletadas no ano de 2013 no projeto de assentamento PA Paciá, localizado na área rural do município de Lábrea. Estas narrativas fazem parte do resultado final do PIBIC intitulado "Criação e Implantação de assentamentos no Amazonas: O PA Paciá", que foi realizado por mim e orientado pela professora Ana

[3] Os termos Português Padrão e Português Não-Padrão usados ao longo deste artigo seguem a concepção criada pelo Marcos Bagnp em suas várias obras, nas quais estes termos constam também com as siglas PP e PNP. De acordo com Bagno, o PP é a acepção que mais se aproxima da norma culta, ao passo que o PNP é aquela que mais se aproxima da linguagem coloquial.

Cláudia Nogueira. As narrativas dizem respeito à trajetória de vida de 18 assentados rurais da reforma agrária, sendo 15 homens e 03 mulheres entre 34 e 74 anos.

2.2 Métodos e técnicas da pesquisa

Esta pesquisa apresenta como método o uso da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2007) que permite uma análise além dos objetivos previstos, pois cada mensagem verbal ou escrita possui inúmeras formas de significado, carregando assim uma diversidade de sentidos. A pesquisa é de cunho qualitativo que segundo Minayo (1992, p. 10) "*incorpora a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais*", ou seja, levam-se muito em consideração o significado e a intenção que se faz presente no ato, e nas relações sociais.

Os métodos utilizados para o levantamento dos dados foram o uso de questionário com questões abertas contendo 07 questões; a entrevista com técnicas de narrativa e análise documental, no qual foram utilizadas narrativas de assentados rurais presentes no Relatório Final do PIBIC, PIB-H/0068/2013.

Segundo Vieira (2004) o uso das narrativas é uma forma de resgatar a realidade do sujeito, bem como entender a diversidade de linguagem e os seus próprios significados pessoais. Através das narrativas se espera analisar as mensagens contidas nas entrelinhas e isso nos leva a ir além dos dados previstos (FRANCO, 2005). Sendo assim, as análises constituíram-se a partir das falas dos professores entrevistados.

A princípio os 05 (cinco) professores de duas escolas públicas localizadas no município de Humaitá/AM receberam o questionário com as questões abertas e responderam-no de acordo com suas percepções. Esta parte da pesquisa visou conhecer as principais dificuldades que os professores apresentavam ao ensinar a língua portuguesa; se nas salas de aula existia alguma forma de preconceito linguístico, e se houvessem, qual seria a melhor forma de trabalhar para amenizar a situação e quais as principais dificuldades que os alunos apresentavam no que tange a língua portuguesa.

Após concluírem o questionário, apenas 04 (quatro) professores foram entrevistados e tiveram suas falas gravadas, pois 01 (um) não pôde participar devido a alguns problemas de saúde. Para tanto, foram selecionadas 02 (duas) narrativas correspondentes ao PIBIC, sendo que um indivíduo era do sexo masculino outro do sexo feminino e o critério utilizado para escolhê-las foi devido a elevada frequência no uso do Português Não-Padrão. Posteriormente, foi realizada a entrevista com técnicas de narrativa, assim os docentes ouviram alguns trechos

das narrativas selecionadas e colocaram o seu ponto de vista diante o que haviam escutado. Também foram realizadas algumas perguntas referentes ao preconceito linguístico e a principal dificuldade que eles encontram em sala de aula quando se trata da Língua Portuguesa.

E para se chegar ao objetivo geral, foi necessário também definir os aspectos conceituais a respeito do preconceito linguístico com base nos teóricos sociolinguísticos, bem como o levantamento dos traços que diferenciam o Português Padrão do Português Não-Padrão, de acordo com a fala dos assentados, analisando de que forma o Português Não-Padrão falado por estas pessoas pode ser visto, aceito ou preconceitualizado, pelos falantes da norma culta.

Tendo tal propósito em vista, tomou-se, como base de discussão sobre o assunto preconceito linguístico, o livro de Marcos Bagno (1999) "Preconceito Linguístico o que é, como se faz". E a partir deste capítulo, serão empregados os termos: PP (Português Padrão); Português Não- Padrão (PNP) e "norma culta", de que se valem os teóricos estudados para definir estas comunidades de fala e os fenômenos linguísticos e sociolinguísticos que lhes sejam pertinentes.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS

3.1 A Linguística e a Sociolinguística

A linguística surgiu a partir de Ferdinand de Saussure que mostrou o conceito de língua, no qual o mesmo afirmava que a língua era um fato social e era fundada na necessidade de comunicação, a qual se constituía num sistema estável, sincrônico, homogêneo; caracterizado por um estudo linguístico com leis específicas que vinculam o signo da língua no interior de um sistema fechado, desvinculado de valores ideológicos e isso se contrapõe a sociolinguística, pois a mesma considera a língua como um fator social (CALVET, 2002).

Contrapondo-se a Saussure, para Bakhtin (1997), a língua não poderia ser apresentada como um objeto abstrato, senão como atividade social, fundada nas necessidades de comunicação. Logo, a natureza da língua seria essencialmente dialógica, privilegiando a enunciação como realidade da linguagem.

Neste sentido, segundo Labov (2008, p. 21) "não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da

comunidade em que ela ocorre". Diante do exposto podemos considerar que a Sociolinguística estuda a questão social da língua, fazendo uma relação entre a cultura e o meio social do indivíduo. Pode-se pensar, então, que todos têm uma forma de se expressar única e uma linguagem que contribui para a convivência na sociedade, e a consequência disso é que o sujeito está exposto a dois tipos de situações, sendo que a primeira se refere a como o indivíduo se comporta diante a sua própria fala e a outra questão é a forma de como os outros veem esse falante (CALVET, 2002).

Em se tratando de como os outros veem a fala de determinada pessoa ou grupo social, ainda prevalece à crença nos mitos que envolvem o culto e o coloquial, colocando os falantes de um contra o de outro. Politicamente, o mito da língua única, da forma correta, ou seja, aquela que segue as regras gramaticais da língua nacional faz parte de um jogo em que a classe dominante se impõe sobre a classe dominada. Para Bagno (1999), o mito de uma língua perfeita acaba por desqualificar os falantes da linguagem coloquial, levando-os a serem considerados marginalizados linguísticos, excluídos do acesso a diversos bens culturais, o literário por excelência, quando não são excluídos totalmente dos meios sociais por conta de sua forma de falar.

É através das narrativas gravadas que a Sociolinguística pode estudar a língua, verificando como os usuários da língua a utilizam e, por conseguinte chegam à confirmação de que "as pessoas das classes cultas de qualquer lugar dominam melhor a norma culta do que as pessoas das classes não cultas de qualquer lugar" (CALVET, 2002, p. 48). Um exemplo claro disso é dos sujeitos que não possuem qualquer nível escolar e que moram em áreas rurais, pois muitas vezes acham que não sabem se expressar, ou de que a sua forma de falar é feia e errada.

3.2 Norma Culta

Para Bagno (2003), a norma culta apresenta duas faces e estas apresentam conceitos opostos, ou seja, uma se refere à língua e a outra à escrita. No que tange a língua que falamos, há uma forma de preconceito, pois existe a ideia de que somente existe uma forma correta de falar. E esta maneira "certa" de se falar é apresentada nas gramáticas, que por sua vez, baseiam-se na literatura:

> Inspirados nos usos que aparecem nas grandes obras literárias, sobretudo do passado, os gramáticos tentam preservar esses usos compondo com eles um modelo

> de língua, um padrão a ser observado por todo e qualquer falante que deseje usar a língua de maneira "correta", "civilizada", "elegante" etc. É esse modelo que recebe, tradicionalmente, o nome de *norma culta* (BAGNO, 2003, p. 43).

Esta associação entre a língua falada e a escrita da literatura perpetua até os dias atuais, pois quando se trabalha a escrita o que se pede é que a mesma esteja de acordo com a norma culta disponível nas gramáticas. Isso significa que se a escrita não estiver de acordo com aquela que está na gramática esta fora do padrão e consequentemente é chamada de "erro" (Idem, 2003).

Há outra forma de definir a norma culta, e esta se baseia nos sujeitos que possuem o ensino superior e são de classes mais favorecidas (Idem, 2003). Esta nova forma de definição é a norma técnica de investigação que leva em consideração primeiro a língua do indivíduo no contexto social, depois averiguam as mudanças linguísticas ocorridas e de como algumas ainda sobrevivem na escrita formal da atualidade:

> [...] necessitamos hoje no Brasil: da descrição detalhada e realista da norma culta objetiva, com base em coletas confiáveis que se utilizem dos recursos tecnológicos mais avançados, para que ela sirva de base ao ensino/aprendizagem na escola, e não mais uma norma fictícia que se inspira num ideal linguístico inatingível, baseado no uso literário, artístico, particular e exclusivo dos grandes escritores (Idem, 1999, p. 64-65).

Dessa forma, a padronização de uma norma culta de fala e escrita situam as pessoas de classes sociais desfavorecidas a achar que o culto está sempre nas classes sociais mais altas, no qual podemos supor, então, que as classes menos favorecidas procuram uma forma de ter acesso à norma culta e possivelmente adquirir formas linguísticas das classes sociais privilegiadas.

3.3 Linguagem Coloquial

Contrapondo-se à Norma Culta da Língua Portuguesa, temos a Linguagem Coloquial que pode ser definida como aquela em que seus falantes não têm a preocupação de seguir ou empregar rigorosamente as regras da Gramática da Língua Portuguesa.

A língua portuguesa, para os usuários da linguagem coloquial, é algo difícil de ser aprendido. Para estes, o que mais interessa é que a comunicação ocorra sem qualquer prejuízo por conta da forma empregada na oralidade. O descuido com as regras de gramática é o que

marca a linguagem coloquial. Para Bagno (1999), a ideia de que somente os pertencentes da classe dominante é que podem ser falantes da norma culta tem um viés político-separatista, ou seja, que se presta apenas a divisão das classes colocando os ricos de um lado e os pobres do outro: "No fundo, a ideia de que 'português é muito difícil' serve como mais um dos instrumentos de manutenção do *status quo* das classes sociais privilegiadas." (p.38).

Ainda, para este autor, a forma como os falantes deste ou daquele grupo se comunicam e empregam a língua portuguesa em seu cotidiano pode ser considerada não somente uma forma política e ideológica, mas também relacionada a outras questões que envolvem uma ordem socioeconômica, histórica e cultural, como por exemplo:

> As pessoas que dizem *Craudia, praca, pranta* pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada "feia","pobre","carente", quando na verdade é apenas diferente da língua ensinada na escola. (Idem, p. 41)

Assim, podemos ver que mais do que o preconceito contra a língua, o preconceito é contra as pessoas que pertencem a uma classe social mais baixa, com a qual não se quer igualar, interagir ou fazer sua inclusão. Caso se aplicasse aqui o conceito de que a norma culta é uma marca da classe dominante, todos os professores de Língua Portuguesa deste país não se enquadrariam na classe dominada, uma vez que são assalariados, como também desprestigiados.

3.4 Preconceito Linguístico

Para Houaiss (2001), preconceito é "qualquer opinião ou sentimento, quer favorável quer desfavorável, concebido sem exame crítico". Já o Dicionário Aurélio (2001) afirma que preconceito é "conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos, ideia preconcebida".

No campo linguístico, Bagno (1999) nos apresenta uma versão do conceito de preconceito gerado em torno da forma como a Língua Portuguesa é falada por grupos sociais diferenciados, apontando a existência do preconceito linguístico de um grupo contra o outro, ou seja, aquele que usa a norma culta e se vale dela para ofender ou insultar os falantes do grupo que emprega a linguagem coloquial no seu dia-a-dia. Para ele, o preconceito linguístico se dá em "decorrência de um preconceito social" (BAGNO, 1999, p.42). Talvez até

devêssemos chamá-lo de “preconceito sociolinguístico”, mas nos ateremos fielmente às expressões adotadas por ele. Logo, ao tratarmos de preconceito linguístico, de fato, estamos levando em consideração os dois fatores.

Há vários anos estudando o fenômeno do preconceito linguístico entre os falantes da Língua Portuguesa, Bagno (Idem) deixa claro que o preconceito se dá de forma unilateral, partindo sempre de um grupo que reúne uma minoria de falantes, ou seja, a classe dominante, contra um grupo majoritário (classe dominada), cuja forma de falar ele defende em vários trabalhos[4], frutos de sua pesquisa na área da Sociolinguística:

> O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe [...] uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português (BAGNO, 1999, p.39).

De acordo com Bagno (Idem), “o preconceito linguístico fica bastante claro numa série de afirmações que já fazem parte da imagem (negativa) que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada por aqui”. Evidentemente, este preconceito independe da baixa representatividade exercida pelo contingente mínimo de falantes que se encontra na classe dominante. É a minoria que impõe o preconceito contra a grande maioria de falantes.

Este preconceito se manifesta de várias formas, quase sempre através de juízo de valores que menosprezam a forma de falar de um grupo de falantes sem que se faça qualquer análise das razões porque eles falam daquela forma. É como se o preconceito se desse tão somente pela incapacidade de se entender ou buscar entender o porquê das pessoas falarem da forma como falam. Embora haja razões para tal, prevalece ainda à indiferença e termos inadequados dos que dominam melhor as regras da gramática contra aqueles que a desprezam:

> Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português” (Idem, Ibid, p.39).

[4] Ver também: “A Língua de Eulália (novela sociolingüística)”, Ed. Contexto, (1997), “Dramática da Língua Portuguesa” , Ed. Loyola (2000), “A Norma Oculta”, Ed. Parábola (2003)

A Sociolinguística como um ramo da Linguística que tenta entender e explicar tais fenômenos teria muito a contribuir para a erradicação deste preconceito, mas como ainda não tem tido sua introdução em muitos dos cursos de formação de professores, ela acaba por contribuir muito pouco para que tal preconceito seja disseminado exatamente por aqueles que deveriam combatê-lo: os professores de Língua Portuguesa.

O preconceito linguístico muitas vezes é exacerbado e leva os falantes da classe dominante a julgarem que os falantes do português coloquial sejam ignorantes em tudo, tomando como único parâmetro para tal julgamento a forma de falar destes últimos. Não é raro atribuir a um falante do português coloquial expressões que são sinônimas de ingênuo, submisso, manipulável, despreparado, antissocial, marginal, miserável, ou qualquer outro adjetivo que contribua para a manutenção do preconceito sociolinguístico contra estas pessoas (Bagno, 2003).

É interessante pensar que os "cultos" não levam em consideração os fatores aos quais os que falam o português coloquial estão submetidos, ou seja, não averiguam que estas pessoas não tiveram nenhuma outra oportunidade de aprender ou fazer uso da norma culta, pelas diversas razões já conhecidas, como a precariedade das escolas, até mesmo a falta dela, a evasão dada por conta da entrada no mercado de trabalho ainda em uma fase precoce da adolescência, bem como a influência do contexto familiar, já que muitos falantes da linguagem coloquial são filhos de pais analfabetos e integram grupos em sua maioria analfabeta (*Idem, Ibid*).

Dessa forma, a Sociolinguística reconhece a existência destas variantes, mesmo entre os grupos sociais que integram a classe dominante. Tais variantes podem se dar por áreas geográficas, por níveis socioeconômicos, por grupos etários distintos e até mesmos por intelectuais que se distingam filosoficamente. Uma grande prova disso está no preconceito contra o falar do nordestino, independente de seu nível cultural, socioeconômico, político ou acadêmico (*Idem, Ibid*).

3.5 O preconceito linguístico no contexto escolar

A escola atualmente atende muitos alunos falantes do Português Não- Padrão, sendo necessário que os professores mostrem a estes alunos as variedades linguísticas existentes no Brasil, relacionando-as com a norma culta, para que estes entendam as diferenças e assim possam respeitar os indivíduos que possuem uma cultura diferenciada.

O ensino da norma culta nas escolas por vezes é seguido à risca, apesar da existência das variedades linguísticas. É fato que o ensino da gramática é importante, no entanto, não é a única forma a ser seguida. A escola aos poucos está tentando amenizar o mito da língua correta, única e que deve ser zelada, mas pouco tem conseguido. Como afirma Brito (2010), a escola visa muito à leitura e a escrita de acordo com os gêneros que possuem mais prestígio. Isto significa que fora da escola, ou da sala de aula, tudo é ignorado.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentam e começam a reconhecer as variações linguísticas existentes no Brasil e isto se torna importante na questão do ensino e aprendizagem em sala de aula, pois através dele os professores poderão desenvolver ou aprimorar suas próprias metodologias para trabalhar a questão do preconceito linguístico na escola e em sala de aula (Pessoa, 2011).

Segundo Bagno (1999), a questão do preconceito linguístico na escola está vinculada ao processo histórico, pois no decorrer do tempo houve uma confusão entre a língua e a gramática. A língua sempre irá mudar no decorrer dos anos, enquanto a gramática é um meio utilizado para tentar descrevê-la.

Entre esta confusão acima citada, temos também a questão dos mitos mais conhecidos em relação ao português falado no Brasil. Segundo Bagno (1999), o primeiro é de que no Brasil existe a unidade linguística e isto contribui para que a escola ensine somente uma forma de falar a língua, sendo que neste país há uma enorme variedade linguística.

Outro mito bastante conhecido é a questão de que o “português é muito difícil” e isso remete a ideia de que os falantes das variedades linguísticas não aprenderão o “português” e de que somente as classes sociais mais privilegiadas terão acesso a ele.

No que tange ao contexto escolar, o aluno, ao entrar na escola, mais precisamente em sala de aula, já possui um conhecimento de mundo e uma gramática própria. E quando este se depara com as regras gramaticais na sala de aula, ele as julga com uma certa estranheza e acreditam que nunca vão conseguir assimilar tantas regras. Eles próprios acabam levantando a questão de por que estudar tantas normas se não vão utilizá-las em seu cotidiano (PESSOA, 2011).

Bagno (1999, p. 39), mostra que toda forma de falar que estiver distanciada da escola, da gramática e do dicionário é colocada como “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente, e não é raro a gente ouvir que isso não é português”.

Para que se possa desenvolver uma boa educação na escola na questão da sociolinguística ou mais precisamente no preconceito linguístico é necessária deixar de lado os mitos que envolvem o português do Brasil. A escola deve abandonar os mitos:

> De que existe uma forma "correta" de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que a de outras, o de que a fala "correta" é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal português, o de que o português é muito difícil, o de que é preciso "consertar" a fala do aluno para evitar que ele escreva errado (BAGNO, 1999, p. 73,74).

Na escola há um círculo que ajuda a propagar o preconceito linguístico, ou seja, temos a gramática normativa, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos. Dentre a gramática nós temos a normativa e a descritiva. Bagno (2003) aponta criteriosamente a diferença entre elas, ou seja, a gramática normativa é aquela tradicional que possui as suas regras baseadas na literatura clássica, que não admite nenhuma forma de contestação, que adota o mito da homogeneidade linguística, que separa claramente a fala da forma escrita.

Se o ensino na escola seguir criteriosamente essa concepção gramatical estará contribuindo e fundamentando o preconceito linguístico, pois esta gramática normativa apresenta princípios antigos que não condizem mais com a nossa realidade. O aluno que falar de forma coloquial será rapidamente corrigido, ou seja, se este falar "Eu não vi ela hoje", que é a fala utilizada no cotidiano, será considerada, de acordo com esta gramática, um erro e que este deverá aprender a falar corretamente, equivalendo a "Eu não a vi hoje", uma fala utilizada pelas pessoas cultas.

Já a gramática descritiva considera um falante culto aquele indivíduo que possui o ensino superior. Esta se baseia em termos técnicos, hipóteses e teorias que devem ser estudadas e assim provar a suas investigações relacionando-as sempre com os fatores sociais, leva em consideração a heterogeneidade e a consciência de que a língua se transforma (Rodrigues, 2008).

Esta gramática não dita regras que determinam o que é "certo" ou "errado", pois leva em consideração mais o funcionamento da língua. Segundo Coelho (2010), quando falamos ou escrevemos há uma forma particular e que por meio desta é possível demonstrar quem somos, pode mostrar o local de origem e a nossa escolaridade. Um exemplo bem interessante exposto por este mesmo autor em relação ao falante é de que alguns falam da seguinte forma:

Tu vai sair hoje?

A gente vamos sair hoje?

Nós vai sair hoje?

Nas orações acima se pode perceber que a diferença entre “as sentenças é o valor atribuído a um extrato da sociedade que usa (ou que imaginamos que usa) certas construções e não outras” (COELHO, 2010, p.31).

Assim, podemos perceber que existe a variedade linguística e como a língua se modifica de acordo com o contexto e espaço social no qual o indivíduo está inserido e, além disso, considerando esses aspectos podemos verificar que existe a relação entre a língua e a sociedade. Tendo isso em vista, a escola deve ser um espaço que possibilite o desenvolvimento social do aluno, pois assim o mesmo terá conhecimento e consciência das diferentes construções linguísticas do seu meio e acabará refletindo sobre elas.

A princípio deve-se levar em consideração a formação dos professores de Língua Portuguesa, verificando como os cursos de formação trabalham a questão da Língua, sua Linguagem dentro do contexto do local no qual estão inseridos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs apresentam orientações que propiciem ao professor desenvolver novas atividades relacionando-as e respeitando as diferentes variações linguísticas, na qual os alunos tentem construir um conhecimento próprio a cerca destas diferenças (Pessoa, 2011).

É interessante pensar em como os professores podem trabalhar o preconceito linguístico se por vezes os mesmos não tem uma formação consistente em relação a este assunto. Segundo Pessoa (2011, p.5) “se o professor em sala de aula não aprendeu sobre o preconceito linguístico como vai solucionar os problemas de conflitos linguísticos em sala de aula?”.

O professor tem a sua identidade própria e o mesmo precisa explicar cuidadosamente ao aluno questões referente à fala diferenciada e mostrar a importância do uso da gramática, não como algo incontestável, mas como uma ferramenta que possibilita o mesmo a entender que tudo com o tempo se modifica. No entanto, Bagno (1999) critica que os professores ainda estão presos à gramática normativa e isso faz com que o aluno perca o interesse em estudar e entender os fenômenos linguísticos que ocorrem em sua língua materna:

> Por isso tantas pessoas terminam seus estudos, depois de onze anos de ensino fundamental e médio, sentindo-se incompetentes para redigir o que quer que seja. E não é à toa: se durante todos esses anos os professores tivessem chamado a atenção dos alunos para o que é realmente interessante e importante, se tivessem desenvolvido as habilidades de expressão dos alunos, em vez de entupir suas aulas com regras ilógicas e nomenclaturas incoerentes (BAGNO, 1999, p. 36,37).

Assim sendo, os professores de língua portuguesa tem um longo desafio pela frente no que tange ao processo de preservação dos valores culturais que os alunos possuem, pois o aluno possui o direito de se expressar de acordo com o conhecimento que adquiriram durante o tempo. O professor ao estudar a língua deve levar em consideração de que está sempre sofrerá transformações e que por isso estudá-la é rever o seu passado, o presente e os fatores que levam a tal mudança.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O Português Não-Padrão sob a ótica dos professores de Língua Portuguesa

No que se refere aos questionários aplicados, no primeiro momento houve o interesse em descobrir qual o principal objetivo dos professores ao ensinar a Língua Portuguesa e quais as maiores dificuldades apresentadas pelos alunos no que tange ao ensino desta língua.

Dentre os 05 (cinco) professores que receberam o questionário, 04 (quatro) apresentaram que ensinar Língua Portuguesa é levar em consideração a escrita, a leitura e a interpretação, e 01 (um) considerou importante "respeitar as variações linguísticas"; "associar gramática normativa com internalizada" e "perceber a importância de se utilizar corretamente a língua materna". Mas, em contraste do que deveria ser e a realidade, verifica-se que os próprios professores afirmam que a maior dificuldade que encontram em sala de aula nos alunos é a leitura, interpretação de texto, o uso das regras gramaticais, as mudanças que ocorrem na língua, à falta de motivação e interesse. Diante das respostas percebe-se que os professores reconhecem a importância da escrita, da leitura e da interpretação no ensino da Língua Portuguesa, mas vale ressaltar que para ter sucesso nestas questões é necessário "articular um plano de (re) valorização da linguagem que busque salientar a importância da leitura e da escrita na vida dos discentes" (LIMA, 2010, p.02).

Como vimos acima, um professor levou em consideração que ao ensinar a Língua Portuguesa seria necessário relacionar a gramática normativa com a internalizada, ou seja, a gramática normativa é composta por regras, e estão sempre presentes nos livros didáticos das escolas, enquanto que a gramática internalizada é um conhecimento que o indivíduo já possui, consistindo em uma construção própria a partir de situações reais de uso. Segundo Bortoni-Ricardo (2005) se, por exemplo, um aluno chegasse à escola falando frases inteiras, ou palavras soltas como: "nóis cheguemu"; "aí nóis já fala praquele oto"; "invisive", a mesma deveria ser respeitada e valorizada, pois existe uma particularidade linguística e cultural

única. No entanto, deve-se ter cuidado com estas particularidades, uma vez que o aluno possui o direito de aprender ou conhecer de forma aberta as variantes corretas dessas expressões.

Em relação aos erros mais comuns apresentados pelos alunos no emprego da gramática de Língua Portuguesa, segundo os professores foram:

- Palavras abreviadas devido às redes sociais;
- Troca do “Ch” pelo “X”;
- A junção de palavras escrita separadas;
- O uso do hífen;
- Troca do “Mas” pelo “Mais”;
- Falta do “R” no final de algumas palavras;
- Falta de regência e concordância
- Escrevem do jeito que falam;

É importante conhecer essas dificuldades acerca do uso gramatical, pois nos remete a ideia de que o ensino da gramática, tendo-a como imutável, não contribui de forma satisfatória para o desenvolvimento do aluno, uma vez que a língua usada por eles é mutável. Segundo Bagno (1999), a escola não deve sentenciar os alunos a decorar as regras gramaticais, mas sim, juntamente com o professor, buscar formas que os ajudem a utilizar de maneira satisfatória tanto a escrita quanto à fala e, para tal, é necessário conscientizar os alunos de que há um modo “correto” de escrever e de que a fala se modifica dependendo do contexto no qual esteja inserido.

No contexto escolar temos uma diversidade linguística-cultural admirável e dentre elas o foco analisado foi à questão dos sujeitos rurais, mais precisamente os alunos oriundos da zona rural. Em virtude disto, perguntou-se aos professores sobre a existência de alunos da zona rural em sua sala de aula, todos responderam positivamente e, ao compará-los com os da zona urbana, foi possível verificar algumas diferenças marcantes.

Um professor destacou que “os alunos da zona rural, tende a falar mais a língua coloquial pelo fato de não ter acesso às tecnologias das redes sociais”, mas então significa que se o aluno estiver acesso às tecnologias o mesmo poderá falar corretamente a sua língua materna? Nas redes sociais o que mais se encontra são “erros” gramaticais como, por exemplo, abreviação e palavras escritas de forma incorreta. É preciso orientar os alunos e incentivá-los a fazer pesquisas, leituras e outras atividades junto às tecnologias, pois com as mudanças que estão ocorrendo no mundo, as novas possibilidades de ensinar e aprender se tornam mais extensas, ultrapassando, no que se refere à língua, aquela simples repetição e

levando os alunos a conhecer de forma mais específica a linguagem, mesclando assim a oralidade com a escrita (MOURA, 2008).

Outro docente afirma que os alunos oriundos da zona rural “aparentemente são mais tímidos, faltam mais que os outros alunos e em alguns casos tem uma dificuldade maior que os da cidade”; o que se posicionou em seguida, apresentou que “a diferença está na aprendizagem, são mais lentos para entender o conteúdo [...], tento trabalhar com ele da mesma forma com os outros”. A partir disso, podemos considerar que os professores veem que os alunos que são oriundos da zona rural são mais lentos e apresentam mais dificuldades do que aqueles da cidade, no entanto, segundo Bacha et al. (2006) a diferença entre os alunos oriundos das áreas rurais e da zona urbana são pequenas, pois depende muito da escola, do professor e das provas aplicadas, mostrando assim que a relação de gênero não afeta o rendimento escolar do aluno.

Em relação à forma de como os alunos oriundos das áreas rurais falam um professor pontuou que “o jeito que falam, que se expressam é diferente”, outro afirmou “até que não há uma diferença enorme, porém alguns utilizam vocábulos que não são comuns nos dias atuais”. Os docentes mostram que a forma que estes alunos falam é diferente e que os mesmos utilizam vocábulos que hoje não são mais empregados, ou podemos supor que são características de pessoas de classes menos favorecidas, contudo, nota-se que os alunos que migraram para a zona urbana apresentam traços fortes da sua cultura original, como, por exemplo, a maneira de se expressar. Assim, se faz necessário que o professor verifique tais diferenças na oralidade destes discentes e trabalhe com mais vigor as diversidades linguísticas, para que haja uma valorização dessa linguagem e consequentemente evitar os preconceitos decorrentes do uso da mesma e posteriormente contribuir para a melhoria do ensino e aprendizagem destes discentes (REIS & MARCONDES, 2008).

Incluindo os alunos oriundos em zonas rurais foi perguntado para os professores se estes sofriam algum tipo de preconceito por parte dos discentes que residiam na zona urbana. Três responderam que não, e um justificou afirmando que “tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio não há distinção ou preconceito entre os alunos. A relação entre ambos é amigável e normal”. Enquanto, 02 (dois) confirmaram o preconceito e como o mesmo ocorria na sala de aula, ou seja, “alguns discentes discrimina-os pelo fato de não se expressarem com os mesmos vocábulos utilizados por eles, fazem chacotas das palavras proferidas por eles” e de que “ficam apontando para o jeito que falam, imitam, dentre outras coisas”.

Segundo os professores há tentativas por parte dos mesmos em mostrar as diversidades linguísticas existentes, trabalham com os alunos este tema levando textos para que conheçam essas diferenças. Mas, pode-se ver que existe ainda a questão do preconceito linguístico no contexto escolar, e Bagno (1999) afirma que não existe uma variação tanto nacional, regional ou local que seja mais correta que a outra, pois são empregadas de acordo com a necessidade do meio em que estão inseridos.

4.3 Considerações sociolinguísticas sobre as narrativas analisadas

A forma que usamos a língua pode mudar a nossa maneira de conhecer e ver o mundo, moldando a nossa capacidade de usá-la (Bagno, 1999). A partir disso, colocaremos abaixo a visão que os professores têm em relação às narrativas dos sujeitos rurais que foram apresentadas a eles e algumas contextualizações dos mesmos aos alunos oriundos da zona rural.

A princípio os professores ouviram duas (02) narrativas, sendo que o sujeito do sexo masculino tem 52 anos de idade e a do sexo feminino 72 anos. Nestas continham os seguintes trechos:

Trechos das narrativas dos sujeitos rurais	
Entrevista: Sexo Feminino	**Entrevista: Sexo Masculino**
Maninha de Deus quando nós cheguemo aqui tava com do Metero Puá acho que tava com 45 ano, que nós morava na Lábrea né? Aí o assentamento tá com 12 ano né? Era só da agricultura, prantá roça, milho, tabaco, tudo isso, melancia toda qualidade de pranta né, nós prantava. Então té quando meu marido se acabô-se aqui em Lábrea nós só fazia da agricultura, tudo isso, Graças a Deus nunca passemo assim ruim e meu genro também só é assim da agricultura, pode vê que aqui é tudo é só da agricultura mermo. Aqui a senhora não tem coragem de lá pu final do campo, com a casa de farinha de ovenaria e tudo. *Ah! Maninha, lá era de cortar seringa. A minha vida lá era cortar seringa até quando eu me casei aí depois que eu me casei aí nós viemo aqui no rumo debaixo, passemo mais melhó. Meus pais que trabalhava muito né? Mas num tenho mais*	*Pois é, eu sempre morei no interior, sempre trabalhei na agricultura né? Eu, mulhé e o filho nós fazia muita produção, feijão, farinha, tabaco, milho e otras coisa estragava lá né? Aí mudemo pra Lábrea aí minha profissão era pescaria, sofri muito. Pescaria é ... peguei inté umas doença pelas junta, hoje em dia ainda sofro né? Devida a frieza, aí foi na época que abriu aqui o 26 e aí peguei esse lote de terra aqui e tô lutando pela vida ainda aqui. Era pra tá bem de vida, mas sempre vem as pessoas e distrói, dão as costa e vão embora né?Ali queimô, ali quando tu passar ali tu vai vê. Eu enchi de roça né? E agora já vou prantar outra vez de novo, açaí, enfim. E aí já tá se estregando açaí, olha ali aqueles saco ali já é tudo de indiroba já se estragô um monte de indiroba esse ano, ano passado aliás aqui, num tem pra quem venda, é a situação assim muito difícil né? (Entrevista nº 17).*

pai e nem tenho mais mãe. Ave-Maria a dificulidade de lá Deus me livre, a gente só tomava café por mês, é porque num tinha condição, o patrão não tinha condição de comprá né? (Entrevista, nº 09).	

Fonte: SANTOS, A.M. Tabela 01, Narrativas dos assentados.

Percebe-se que nos trechos acima existe toda uma representação histórica, ou seja, pequenos momentos que fazem parte da trajetória de vida desses sujeitos residentes em área rural e que atualmente ainda fazem parte do seu cotidiano. Durante a realização das entrevistas o que foi possível observar é que alguns docentes ao ouvirem os trechos descritos acima sorriram e até repetiam alguns vocábulos expostos nas narrativas. Apesar dos mesmos não conhecerem as pessoas das narrativas, encontraram o uso do português-não-padrão e isso levou há um estranhamento e uma forma preconceituosa do professor em relação à fala desses sujeitos. Percebe-se que estes, apesar de terem conhecimento a respeito das diferenças linguísticas, não conseguem compreender essas distinções, ou seja, é preciso entender que cada indivíduo cria sentenças bem formadas e, portanto correta de acordo com o sistema da língua que o mesmo internalizou e isso não depende da sua posição social (Santos, 2012).

Segundo as narrativas dos docentes os mesmos definiram o preconceito linguístico como uma forma de que as pessoas falam de diferentes maneiras e o falar delas deve ser respeitado; que o preconceito existe porque não aceitamos o outro como ele é; a existência do estranhamento diante daquilo que é novo e, por fim, que o preconceito linguístico é marcado quando uma pessoa tenta corrigir a outra de forma constrangedora, como se fosse à detentora da verdade. Em contraposição a estas definições, encontramos também nas fala dos mesmos a seguinte afirmação: “quem se expressa bem parece ter uma cultura melhor e pode ascender socialmente”. O que se percebe claramente é que se sabe dessas diferenças linguísticas, define-se o preconceito, mas os próprios professores acreditam que a norma culta é sinônima de prestígio e de que esta contribui para uma melhor condição social e esse mito definido por Bagno (1999) está sendo modificado, pois aqueles que não falam o português padrão também podem ascender socialmente, como exemplo os comerciantes.

> O preconceito é a descriminação silenciosa e sorrateira que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do outro: é um não-gostar, uma achar-feio ou achar-errado um uso (ou uma língua), sem a discussão do contrário, daquilo que poderia configurar o que viesse a ser bonito ou correto (LEITE, 2008, p.24).

Segundo os professores, os sujeitos das narrativas não tem qualquer instrução da norma culta, pois os mesmos não tiveram estudo ou uma formação adequada e por fim que a linguagem falada por eles é influência do local a qual estão inseridos. Neste ponto a questão que pode ser levantada é a de que os docentes reconhecem que as pessoas que não tem um alto grau de escolaridade consequentemente tende a falar mais o português-não-padrão, mas o que se espera quando se emite algo é a mensagem contida, para tanto não precisamos seguir a risca a norma padrão para nos comunicar, pois o português-não-padrão é uma forma de interação social. Segundo Bagno "o problema não está naquilo que se fala, mas em quem fala o quê" (1999, p.40).

Um professor faz a seguinte afirmação em relação aos sujeitos que falam o PNP, "Já vi muito o caso de pessoas subjugarem outras pelo jeito de falar." E outro diz que "o que interessa é a comunicação e não a correção gramatical a ser percebida na linguagem do falante". Apesar de termos afirmações que mostram que os docentes tem uma visão sobre as variedades linguísticas, a questão da correção ainda permanece, ou seja, "na fala, nós podemos arbitrar, porém, na escrita, devemos ser mais cautelosos porque "a escrita é que nos registra e, por isso, nós devemos escrever [de acordo com] a linguagem normativa" (Professor 03). Segundo Bagno (2003, p. 149) "ninguém comete erros ao falar sua própria língua. Só se erra naquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário, obtido por meio de treinamento, prática e memorização". Assim, por mais que os docentes afirmem que na oralidade tudo é mais fácil e de certa forma aceitem essas variedades linguísticas, os mesmos contribuem para a disseminação do preconceito, pois o que prevalece ainda são as regras gramaticais.

Dessa forma, verifica-se que os professores das escolas públicas do município de Humaitá apresentam conhecimento sobre as diversidades linguísticas e o preconceito linguístico, no entanto como se percebeu ainda falta atitudes críticas por parte dos mesmos em relação a essas variedades e uma atitude firme em relação ao preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentou-se analisar o preconceito linguístico a partir do ponto de vista que Marcos Bagno (1999) apresentou em seu livro "Preconceito linguístico o que é, como se faz", tendo em vista a visão dos professores em relação a este assunto. Tratou-se de uma análise preliminar e somente com um estudo mais atento no que tange as narrativas coletadas e o questionário é que se podem obter informações mais precisas do tema estudado.

Nota-se que o processo de estudo da língua se modifica com o tempo e a partir disso há uma valorização maior àquelas formas que eram do passado, pois apesar de se iniciar uma nova forma de pensamento em relação ao português não padrão, ainda se vê uma postura homogênea em relação à língua.

Precisamos entender que os falantes do português que se valem de formas linguísticas que não estão nas gramáticas, possuem riquezas linguísticas e de que estas devem ser respeitadas. E sabe-se que o preconceito linguístico está presente na nossa realidade e que necessitamos aos poucos transformar o pensamento daqueles que acham que a língua não é heterogênea e de que a única forma correta de utilizá-la é seguindo as normas prescritas na gramática.

Assim sendo, ter profissionais que entendem as várias formas de uso da língua, como fora percebido contribui de forma positiva no desenvolvimento crítico e reflexivo dos sujeitos que fazem parte do seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que e como se faz? 49 ed. São Paulo: Editora Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BACHA, Stella Maris Cortez et al. **Rendimento escolar de alunos da área rural em escola urbana.** Revista CEFAC v.8 n.4 São Paulo out./dez. 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós cheguemu na escola, e agora?** Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRITO, José A. M. **As práticas de letramento no contexto da EJA.** (Dissertação de Mestrado). Manaus: UFAM/PPGE, 2010.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística:** Uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

COELHO, Izete Lehmkuhl et al. **Sociolinguística.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

Dicionário de Língua Portuguesa Novo Aurélio – Século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Análise do Conteúdo.** 2ª. ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2005, p. 79.

LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

LIMA, Daniel Fernandes; FERREIRA, Lúcia Gracia. **Leitura e escrita na escola:** desafios e possibilidades na formação de leitores e escritores. Periódico de divulgação científica da FALS. Nº VII, s/p., 2010.

MINAYO, Maria C. de S.. **O Desafio do Conhecimento -** Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec/1992.

MOURA, Vagner Aparecido de. **O ensino de Língua Portuguesa: Inter-Ação pela linguagem e sua subjetividade no ambiente virtual.** In: **Ensino de Português e Novas Tecnologias**: Coletânea de textos apresentados no I SIMELP – Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. Universidade de São Paulo – USP, 2008. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2009.

PESSOA, Maria do Socorro. **Sociomada: Sociolinguística na formação de professores para atuarem nos ambientes pluri-linguísticos-dialetais do(s) povo(s) Amazônico(s)/Amazônida(s).** Revista Pesquisa & Criação, v. 10, p. 151-162, 2011.

REIS, Andreia Rezende Garcia; MARCONDES, Gláucia Siqueira. **Diversidade linguística e o processo ensino-aprendizagem.** Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery. Disponível em: http://re.granbery.edu.br. Acesso em: 20 out. 2014.. ISSN 1981 0377.

RODRIGUES, Marlon Leal; SOUZA, Antônio Carlos Santana. **Ensino de gramática.** Disponível em: www.uems.br. Acesso em: 20 set. 2014.. UFMS, 2008.

SANTOS, Edivana Assunção; MIRANDA, Leucinete Ferreira. **A linguagem da fala e da escrita.** Disponível em: http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3011575. Acesso em: 28 set. 2012.

VIEIRA, Vidigal de Andrade. **Narrativas sobre hipertensão arterial e diabetes *melittus* e os sentidos nelas produzidos por pessoas atendidas em grupos de aconselhamento**. Rio de Janeiro. 2004. Tese. Escola Nacional de Saúde Pública.